



## O Caso da Carne Verde: vivências populares na cidade de Manaus durante a II Guerra Mundial (1939-1945)

SIDNEY BARATA DE AGUIAR\*

**Resumo:** O ataque surpresa sobre a base naval norte-americana de Pearl Harbor (1941) localizada no arquipélago do Havaí, abriu o caminho para o Japão conquistar o Sudeste Asiático e suas plantações de borracha na Malásia. Este episódio reaqueceria a economia gomífera da região amazônica, ocasionando a criação de um aparato logístico-institucional, celebrados pelos chamados “Acordos de Washington”. Esta vinculação deveu-se ao fato da grande indústria, principalmente americana e aliada (França, Inglaterra e União Soviética) necessitarem repor seus estoques da goma elástica, uma das matérias-primas consideradas estratégicas para a manutenção do enfrentamento armado contra as forças do Terceiro Reich (Alemanha, Itália e Japão). Este novo fôlego para o extrativismo na Amazônia não foi capaz de minimizar os problemas econômicos e sociais da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Neste texto nos interessa as experiências e vivências do dia a dia do manauara para sobreviver em uma cidade que não conseguiu esconder seus antagonismos.

**Palavras-chave:** II Grande Guerra, Manaus, Vivências Populares.

**Abstract:** The surprise attack above the American naval base at Pearl Harbor (1941) in the Hawaiian Islands, paved the way for Japan to conquer Southeast Asia and its rubber plantations in Malaysia. This episode to heat again the rubber economy of the Amazon region, leading to the creation of a logistical and institutional apparatus, celebrated by the so-called "Washington agreement". This binding was due to the fact that the major industry, mainly American and Allied (France, England and the Soviet Union) need to replenish their stocks of elastic gum, one of the raw materials considered strategic for maintaining the armed conflict the forces against of the Third Reich (Germany, Italy and Japan). This new breath to the extractive activities in the Amazon has not been able to minimize the economic and social problems of the city of Manaus, capital of Amazonas State. In this text we're interested in the experiences and day-to-day experiences of the manauaras to survive in a city that couldn't hide their antagonism.

**Keywords:** II World War, Manaus, Popular Experiences.



Este estudo abrange um período e uma temática ainda pouco estudada e, portanto, abre um leque espetacular e potencial para o pesquisador ou pesquisadora. Por isto, nos interessa as vivências populares de grande parte da sociedade menos privilegiada, que infelizmente ainda permanece invisível na maioria dos estudos históricos regionais. Optamos por seguir os passos de E. P. Thompson como conclama a História vista de baixo (History From Below) que compreende que “o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência” (SHARP, 1992: 42).

A historiografia tradicional exalta um período de fausto e riqueza com o advento deste que denominam, o II ciclo da borracha no Amazonas.

Pelos fragmentos coletados, temos uma realidade muito adversa para os trabalhadores, trabalhadoras, donas de casa, desempregados, pessoas comuns que viveram na cidade de Manaus no início da década de 1940.

Nossas pesquisas apontam para outra realidade, estampada nas páginas dos jornais da época, revistas, documentos oficiais e relatos de memorialistas.

Com a assinatura do termo de beligerância em 31 de agosto de 1942, o Brasil declara guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), e dentre as medidas tomadas pelo Estado Novo<sup>1</sup> de Getúlio Vargas estava a necessidade de toda a população participar do chamado “esforço de guerra”. Para dar impulso ao esforço de guerra na região Amazônica, algumas empresas/instituições empreenderam o alistamento” de centenas de nordestinos, oriundos de regiões castigadas pelo fenômeno das secas para a coleta da goma elástica da Seringueira (SECRETO, 2007: 25). Estes Soldados da Borracha foram distribuídos por centenas de seringais do Pará, Acre, Rondônia e Amazonas. Estes trabalhadores foram

---

\* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia (DEPPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Professor das redes públicas de educação do município de Manaus e do estado do Amazonas. Membro Titular do Conselho de Alimentação Escolar do Estado do Amazonas (CAE/AM). Contato: aguiar\_sidney@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Na noite de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anunciava pelas ondas do rádio a instalação no Brasil de um Estado Novo com os moldes ditatoriais. Para tanto, alegou a descoberta de uma conspiração comunista chamada Plano Cohen e teve apoio de grande parcela das Forças Armadas que temiam a ameaça bolchevista brasileira. Para mais informações conferir em Rose, R.S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil (1930-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



posteriormente abandonados à própria sorte com o cessar fogo em terras europeias, África e Ásia.<sup>2</sup>

Nos jornais comercializados nas ruas de Manaus o que se noticiava era uma verdadeira romaria em direção ao Mercado Público em busca de carne bovina e do pescado e estimava-se que:

*(...) milhares de pessoas procuram adquirir, madrugada ainda, ao menos um quilo de carne, saindo geralmente dali sem o que precisam para sua subsistência. O peixe também não existe, o que torna a população ainda mais em dificuldade.<sup>3</sup>*

A partir das primeiras horas da manhã homens, mulheres e crianças já disputavam algumas gramas de carne bovina ou algum pescado. O artigo afirmava que:

*(...) Silhuetas mal definidas, na escuridão, se movimentam em gestos inquietantes; o lume dos cigarros, no escuro-cinza da madrugada, semelha pirilampos que pontilham de luz, aqui e ali, o ambiente. Reina o silêncio, quebrado apenas por algumas vozes, de quando em quando, reclamando a demora do dealbar. É a parada da fome, daqueles que têm filhos para a sua subsistência. Como é verdadeiramente triste essa parada da fome!<sup>4</sup>*

Essa “parada da fome” seguia uma direção ao Mercado Público situado na região central da cidade de Manaus. Esta situação de escassez de víveres e principalmente de carne de gado fresca, recém abatido, seria noticiado pela imprensa local como o “Caso da Carne Verde” e que se arrastaria por quase toda a década de 1940.

O Mercado Público Adolpho Lisboa foi inaugurado em 15 de julho de 1883 e considerado um dos melhores da região norte do Brasil (DIAS, 1999: 75).

Neste espaço de compra e venda de mercadorias de todas as espécies, sejam *secos e molhados*, produtos naturais e oriundos do extrativismo também se encontravam estrangeiros de todas as partes do mundo que disputavam com avidez as moedas das algibeiras dos

---

<sup>2</sup> Um estudo clássico e que dispõe de enorme quantidade de dados e informações sobre este tema está em BENCHIMOL, Samuel. **O Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

<sup>3</sup> A TARDE, 01 de julho de 1941, terça-feira, nº 1330, ano V.

<sup>4</sup> A TARDE, 25 de julho de 1942, sábado, nº 1.653, ano VI.



consumidores nacionais. O escritor Ramayana de Chevalier registrou a festa da “brasileira amazônica” que ocorria no Mercado, pois:

*O mercado movimenta-se, colorido, amplo, moderno, com os seus botequins, as suas tascas, as suas tendas, pequeninas babeis, onde os idiomas se cruzam e se entendem, no vértice das mimicas, transfundidos num vernáculo primitivo e aleijado, alombado de tropos e de solecismos...*<sup>5</sup>

Dorineth Bentes em sua dissertação de Mestrado apresenta o intuito da administração pública do município de Manaus que objetivava a construção de feiras populares nos bairros de São Raimundo e da Cachoeirinha já no início da década de 1910. Para a pesquisadora:

*(...) as feiras eram um espaço que possibilitaria a ampliação da arrecadação de impostos para o Município e afastaria os moradores dos subúrbios da circulação constante do centro da cidade; já para os indivíduos que trabalhavam na feira, representava um meio de sobrevivência, pois seria o lugar onde eles poderiam comercializar a sua produção e, para os consumidores, a feira nos subúrbios da cidade significava um espaço mais próximo de sua realidade, onde eles poderiam fazer suas compras sem se sentirem deslocados, pois o Mercado Adolfo Lisboa era o espaço da elite, e não o espaço dos excluídos que viviam nos subúrbios (2008, p: 161).*

Mesmo considerado o “espaço da elite”, o Mercado Público não escapou do abandono e da falta de higiene do estabelecimento. Segundo os jornais, a higienização do local não era praticada pela falta de germicidas para combater os insetos. A explicação já era bastante conhecida, os cofres públicos não dispunham de verbas para investir em melhorias no estabelecimento.<sup>6</sup> Além do descuido com o patrimônio municipal, não passava despercebido a falta de preocupação com a saúde do consumidor:

*Hoje, presenciamos uma cena repugnante promovida por um proprietário de petisqueira carregando água apanhada do rio Negro, bem ao pé da escadaria do Mercado, que dá para aquele rio, água sem dúvida, que levada ao microscópio, nos*

<sup>5</sup> A Festa do Mercado. Chevalier, Ramayana de. **A Selva**, novembro de 1937, Manaus, nº 03, anno I, p. 04.

<sup>6</sup> A TARDE, 17 de janeiro de 1941, sexta-feira, nº 1.194, ano V.



*mostraria milhares de bacilos nadando, no balde enferrujado. O chão é negro, simplesmente repelente, e a louça encardida, comporta comida que custa os olhos da cara.*<sup>7</sup>

Vieira da Rocha exaltando as qualidades do Mercado Municipal, que outrora “majestoso e amplo edifício”, serviam como ótimo passeio matinal para turistas e manauaras e por causa do aumento populacional tornara-se:

*(...) bazar comilão e engulio uma bôa parte do comércio da cidade; engulio, mas não pode digerir, porque alí tem armazéns de estivas, mercearias, lojas de fazendas e miudezas, brinquedos, perfumes e ferragens, mais cafés, restaurantes, botequins, munguzás e mingaus do que toda a cidade (...)*<sup>8</sup>

Em nota pública relatou-se que o governo municipal encontrava muita dificuldade em adquirir a carne bovina, já que o alimento vinha sendo transportado da região do Baixo Amazonas e do Estado do Pará e que providências estariam sendo tomadas para contornar a problemática.<sup>9</sup> Estes administradores culpabilizavam o fenômeno da enchente dos rios do Amazonas como principal causa da falta de pescado, e também a estiagem nos rios da região de Rio Branco pela quase inexistência de carne verde e que, prontamente, enviariam emissários para a compra de carne bovina na Bolívia.<sup>10</sup>

O poeta Thiago de Mello em sua obra memorialista e saudosista relembra os sons da cidade na década em tela, não foge de sua memória o barulho produzido pelas “Lanchas portuguesas” que eram lanchas “boiadeiras” e que rotineiramente

*“iam buscar no Rio Branco e traziam para Manaus depois de uma temporada de engorda nos campos dos baixios do Careiro, do Curari, do Janaucá, do Paraná do Xiborena – o gado para o abate lá no velho Curro, o antigo Matadouro Municipal”* (2004: 63).

<sup>7</sup> DIÁRIO DA TARDE, 13 de junho de 1946, n° 3.280, ano X.

<sup>8</sup> A TARDE, 06 de abril de 1943, terça-feira, n° 1.863, ano VIII.

<sup>9</sup> A TARDE, 01 de julho de 1941, terça-feira, n° 1330, ano V.

<sup>10</sup> A TARDE, 02 de julho de 1941, quarta-feira, n° 1331, ano V.



Reforçando estes argumentos, José Lopes da Silva traz a informação de que a região do Cambixé e adjacências era um dos principais responsáveis pelo abastecimento de leite e de seus derivados, além dos hortifrúteis colhidos e comercializados pelos ribeirinhos (SILVA, 2001: 260).

Fica claro, que a população não estava muito contente com as desculpas dos administradores públicos e não eram raros os distúrbios no Mercado Público diante da gravidade do problema, além da prática de um intenso comércio clandestino de carne verde e de outros produtos em plena escassez.

Neste momento os manauaras consumiam a carne bovina em proporção bem superior do que o pescado da região, carnes brancas e a comercialização de quelônios no Mercado Adolpho Lisboa era atividade comum (SILVA, 2001: 260).

A entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra acarretou dificuldades de abastecimento para as populações urbanas e no racionamento de gasolina, carne, farinha de trigo e açúcar.<sup>11</sup>

Segundo o professor Samuel Benchimol,

*“o bloqueio marítimo da costa brasileiro pelos submarinos alemães, que punham a pique os navios do Lôide, dificultava os suprimentos...tanto Belém como Manaus sofriam a falta de alimentos, logo racionados, formando-se extensas filas ‘as portas dos armazéns’” (1992: 229).*

Na capital do Amazonas não foi diferente. Apresento uma tabela de preços indicada ao comércio “retalhista” com os valores das carnes publicada em maio de 1939, ressaltando o período a ser levado em consideração de 01 ao dia 15 do mês corrente.<sup>12</sup>

A escassez de açúcar acarretou um efeito dominó que afetaria diretamente não só a população consumidora, mas também os proprietários de Cafés, bares, botequins, leitarias, docerias, fábricas de xarope para refrescos.

No botequim *Leão de Ouro* já não dispunha de açucareiros nas mesas de café dos fregueses e o gerente quando arguido pelo repórter sobre o porquê da falta de açúcar se há

---

<sup>11</sup> Para mais informações consultar a obra de FILHO, Antonio. Luiz Macedo e Silva. Estilhaços de uma guerra. In. **Mais Borracha para a Vitória**/Adelaide Gonçalves, Pedro Eymar Barbosa Costa (Orgs.). Fortaleza – MAUC/NUDOC, Brasília-Ideal Grafica, 2008.

<sup>12</sup> A TARDE, 06 de maio de 1939, sábado, nº 676, ano III.



poucos dias tinha ancorado no porto de Manaus um grande carregamento do produto. Respondeu que havia comprado açúcar de terceira classe, além do mais molhado, por isso estava impossibilitado de ser sacudido no açucareiro.<sup>13</sup>

A irregularidade na importação da farinha de trigo, também deixava um clima de expectativa muito grande na população consumidora. Os moinhos e as firmas que comercializavam o produto compravam o trigo do sul do país. As panificadoras não conseguiam baixar o preço por adquirirem a farinha mais cara.

No periódico *A Tarde* de 12 de setembro de 1942, os poderes públicos estadual e municipal tomam algumas medidas a respeito da farinha de trigo, deliberando que as panificadoras produzissem pães uma vez ao dia pela parte da noite para que a distribuição aconteça na manhã seguinte. Também orientava para o cancelamento da manufatura de bolachas, biscoitos, macarrões ou qualquer produto que utilizassem o trigo como matéria-prima e a constituição de um fundo único de farinha de trigo para assegurar o suprimento por um tempo muito maior.<sup>14</sup> Um pequeno artigo intitulado *O...Caso do Pão* traz argumentos engraçados sobre a falta de pão pela cidade como esta: “Queríamos ver, agora, como os romanos conseguiriam, em Manaus, contentar o povo com o “pão e circo...” e ainda, “quem nos déra, agora, até mesmo “o pão que o diabo amassou...” e o mais hilário é que a compilação destes quase axiomas populares foi assinado pelo cidadão que atendia pela alcunha de “Papa-Chibé”.<sup>15</sup>

A crescente crise comercial em grande parte das cidades brasileiras e Manaus constava na lista dos principais municípios que deveriam botar em prática medidas que visavam “neutralizar a ganância dos comerciantes menos escrupulosos” (MONTEIRO, 2011: 56).

Ao passo que afundavam navios e suas cargas eram tragadas pelas águas submarinas, determinados produtos escasseavam ou desapareciam totalmente das prateleiras por tempo indeterminado.

Nas reminiscências de sua juventude, vivida na década em análise, Jefferson Péres relata:

*Perdi a conta das ocasiões em que, à falta de café, tomamos chá-mate ou preto; em lugar de pão, comemos batata-doce, cará ou macaxeira; e não raro, adoçamos o*

<sup>13</sup> DIÁRIO DA TARDE, 01 de junho de 1946, n° 3.271, ano X.

<sup>14</sup> A TARDE, 12 de setembro de 1942, sábado, n° 1.694, ano VI.

<sup>15</sup> A TARDE, 02 de outubro de 1942, sexta-feira, n° 1.711, ano VI.



*café com sacarina, pela absoluta impossibilidade de encontrar açúcar. Suplício maior era o dos fumantes, privados durante meses dos cigarros da Souza Cruz, como o Elmo, o Astória, o Continental e o Hollywood, substituídos pelos mataratos de fabricação local, especialmente o Princesa e o Duquesa, que nada tinham de aristocráticos, com seu tabaco escuro e de gosto intragável (2002: 64).*

O Interventor Federal do Estado do Amazonas, Álvaro Botelho Maia prontamente seguiu as orientações oriundas do governo central que dizia respeito aos gêneros de primeira necessidade e a Lei de Economia Popular (MONTEIRO, 2011: 56).

Aqui se apresentam tais determinações:

- 1. Balanço urgente dos estoques dos principais gêneros de produção nacional de acordo com a recomendação do Dr. Arthur Torres Filho, diretor do Serviço de Economia Rural, em nome do senhor Ministro da Agricultura e, encaminhada à Secretaria-Geral do Estado, que naquele sentido havia informado à Associação Comercial de Manaus;*
- 2. Portaria do Chefe de Polícia, ante as especulações dos gêneros de primeira necessidade, na base das instruções do senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores e do despacho do Dr. Clóvis de Moraes, procurador adjunto do Tribunal de Segurança Nacional;*
- 3. Reorganização da comissão de tabelamento dos gêneros de primeira necessidade e das recomendações para o desenvolvimento dos trabalhos no setor da agricultura.*

É óbvio, que neste ambiente foi necessário criar a prática do racionamento e um tabelamento dos preços dos mantimentos alimentícios e instituir uma Comissão de Tabelamento para acompanhar e fiscalizar tais regras.<sup>16</sup>

Em noticioso de 05 de abril de 1943 são publicadas instruções para os compradores e deixa bem explícito, que para fazer a denúncia pela negação da expedição da nota de venda ou faturas das mercadorias adquiridas, gênero por gênero, não importando se for ao atacado ou varejo, seria necessário apenas a apresentação de duas pessoas como testemunhas. Também relata as principais infrações:

---

<sup>16</sup> Esta comissão era formada por Luiz Caetano de Oliveira Cabral, Carlos da Gama Junior, Benjamin Pantoja Alves e Antônio Lopes Brandão.



- a- Falta de tabela de preços afixada em lugar visível;
- b- [Falta] Etiquetas nos artigos expostos à venda;
- c- Falta de fornecimento da nota de venda ou fatura;
- d- Apresentação de tabelas ou etiquetas emendadas ou rasuradas;
- e- Recusar venda de qualquer artigo existente no estabelecimento;
- f- Fraudar pesos e medidas.<sup>17</sup>

Mas, alguns comerciantes aproveitavam para lucrar com a carência de determinados produtos e ainda aproveitavam a situação para engodar os consumidores menos avisados. Seja pela venda de carne de Jacaré-açu como sendo de Pirarucu (peixe amazônico) ou pela prática de utilizar balanças “viciadas” ludibriando assim, o comprador.<sup>18</sup>

Vale ressaltar que a carne oriunda de algumas regiões próximas de Manaus chegava à mesa dos manauaras sem os exames veterinários necessários e sem o pagamento dos impostos municipais devidos.<sup>19</sup>

Estes infratores ao serem detectados poderiam ser punidos nos termos da lei.<sup>20</sup>

Temos o exemplo ocorrido no mês de março de 1942, quando uma “queixa verbal” chegou ao conhecimento do administrador do Mercado Público, o Sr. Júlio Lima que imediatamente suspendeu por tempo indeterminado a licença do peixeiro Francisco Couto por ter vendido ao cliente, “mil e trezentas gramas de pescada por 10\$000, quando devia ter cobrado 3\$120”.<sup>21</sup>

Por outro lado, alguns marchantes (açougueiros) também sentiam na pele as consequências postas. Muitos chegaram ao ponto de ter que entregar suas bancas de venda de carne, por não conseguirem manter os respectivos empreendimentos.<sup>22</sup>

Este “caso da carne verde” não se encerraria tão breve como defendiam as autoridades públicas municipais, pois no ano 1943 e ao longo do período em tela, a imprensa anunciava a penosa procura por vísceras empreendida pelos trabalhadores e pobres urbanos:

*Já vai longe o tempo em que a pobreza se podia nutrir de vísceras. Mais baratas que a carne, bastava a mão dum boicote, um pedaço de bucho, um quilo de bóbó para atravessar um dia à tripa forra. Hoje, a coisa é diferente. O acréscimo de população pesando sobre o centro da cidade deslocou a pobreza para os subúrbios*

<sup>17</sup> A TARDE, 05 de abril de 1943, segunda-feira, nº 1862, ano VII.

<sup>18</sup> A TARDE, 01 de fevereiro de 1941, sábado, nº 1.207, ano V.

<sup>19</sup> A TARDE, 08 de janeiro de 1941, quarta-feira. Nº 1.186, ano V.

<sup>20</sup> DECRETO-LEI. Nº 869, de 18 de novembro de 1938 que abrange os crimes contra a economia popular.

<sup>21</sup> A TARDE, 23 de março de 1942, segunda-feira, nº 1.551, ano VI.

<sup>22</sup> A TARDE, 10 de janeiro de 1941, sexta-feira, nº 1.188, ano V.



*distantes e como só no Mercado as vísceras são expostas à venda, delas não se pode nutrir essa gente.*<sup>23</sup>

Note-se que estes pobres “descarnados” que residiam em áreas mais afastadas como o bairro da Cachoeirinha, Constantinópolis (atual bairro de Educandos), São Raimundo e Boulevard Amazonas eram acometidos pela má distribuição comercial dos alimentos. A grande parte destes trabalhadores, desempregados e moradores dos arrabaldes e subúrbios mais afastados faziam uso do transporte público para chegar à região central de Manaus. E principalmente no período chuvoso as ruas ficavam em estado lastimável para o tráfego, prejudicando sobremaneira o trajeto dos usuários. Segundo Soraia Pereira Magalhães:

*Nos anos 40, a situação viária de Manaus permaneceria semelhante ao que acontecera no início do século, quando a preocupação com os melhoramentos urbanos voltava-se apenas para área central, sendo as áreas mais afastadas relegadas ao descaso, sem infraestrutura.* (2011: 20)

Desde o início do século XX, o sistema de bondes e da energia elétrica que atendia os cidadãos manauaras na década de 1940 estava sob a responsabilidade da empresa Manaós Tramways, concessionária inglesa. Para gerar a energia necessária para movimentar o sistema viário e as residências produzia-se energia através da queima de madeira em usinas geradoras. E não raro, os fornecedores exigiam uma majoração no valor da tonelada da matéria-prima, pois sem esta, as caldeiras das usinas paravam de produzir.

Em algumas situações, para minimizar os prejuízos, os bondes deixavam de trafegar no horário de menor fluxo de passageiros. Economizando a queima de lenha e, portanto, não prejudicando as casas particulares, as indústrias e o comércio local.<sup>24</sup>

Para M. J. Antunes os maus serviços prestados pela empresa anglo-saxã era um verdadeiro “caso de polícia”. Segundo ele:

*(...) E a população de Manaus continua sofrendo à falta de luz e de bondes, a-pezar-de pagar hoje mais caro esses imprescindíveis elementos. Continuam sendo prejudicadas nossas indústrias, nossos institutos de ensino, o povo em geral. (...) O*

<sup>23</sup> A TARDE, 29 de abril de 1943, quinta-feira, nº 1.881, ano VII.

<sup>24</sup> DIÁRIO DA TARDE, 26 de junho de 1946, quarta-feira, nº 3.290, ano X.



*caso criado pela Tramways não é caso para solução técnica; é antes de tudo, e acima de tudo, um caso de polícia.*<sup>25</sup>

Os proprietários de automóveis e motoristas enfrentaram um sistema de racionamento de gasolina controlado por meio da utilização de cartões impressos. Estes cartões eram distribuídos gratuitamente pela Comissão Central de Tabelamento em todos os dias úteis e no horário comercial.<sup>26</sup> Em outras capitais brasileiras utilizaram carros e ônibus movidos a gasogênio para suprir a falta de diesel e gasolina. Para esta modificação, instalava-se um aparelho na traseira do automóvel que transformava carvão vegetal em combustível.

O poeta Thiago de Mello em seu livro de memórias sobre a cidade de Manaus das décadas de 1930 e 1940 recorda da figura do vendedor de miúdos. Segundo o escritor só lembro do seu tabuleiro com tampa e cavalete” repletos de miúdos de porco e de gado adquiridos no Matadouro Municipal e comercializado na periferia. Estes “pés” de boi e mocotós frescos eram iguarias bastante apreciadas. As vísceras também eram a mistura para a preparação da “panelada”. Cozido que levava em sua mistura tripas de boi, alho, chouriço, louro, cheiro-verde, chicória e que era motivo de festa ao redor da comida (2004: 67).

Possuindo poucos recursos para a alimentação os manauaras sofriam para comprar um “buchinho” sequer. A explicação é que o matadouro da cidade não possuía a aparelhagem adequada para a limpeza dos “fatos arrastados” e, desta forma, eram entregues aos “contratantes” que os distribuíam apenas para o Mercado Público. Esta calamitosa situação obrigava os “pobres dos subúrbios” a deslocarem-se ao centro da cidade de Manaus para comprar apenas um “quilo de bóbo”.

Com o intuito de melhorar o atendimento das necessidades da população, foram instalados pela SAVA (Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico) postos para a venda de café pelo preço tabelado em diversas regiões de Manaus, como o comercial Cohen & Cia na Cachoeirinha, a Flôr do Reservatório no Adrianópolis, a Pérola da Visconde localizada na avenida 7 de Setembro, Epaminondas Ferraz no entroncamento do Boulevard Amazonas, Jacinto Mata no Plano Inclinado e o Mercadinho que ficava na rua dos Barés.<sup>27</sup>

Para minimizar o impacto sobre as famílias e os trabalhadores em geral foi necessário fixar preços das refeições populares que ficaram conhecidas como “pratos de

<sup>25</sup> O JORNAL, 07 de dezembro de 1945, sexta-feira, nº 6.463, ano XV.

<sup>26</sup> A TARDE, 27 de agosto de 1941, quarta-feira, nº 1.379, ano V.

<sup>27</sup> A TARDE, 03 de abril de 1943, sábado, nº 1.861, ano VII.



guerra” e o preço além de variar, dependendo do local que fosse servida, ou seja, hotéis e restaurantes de 1º e 2º classe. Abaixo apresentamos a tabela que descreve os tipos de comidas e seus respectivos valores pecuniários:

**TABELA 02 - PREÇOS DAS REFEIÇÕES POPULARES OU “PRATOS DE GUERRA”**

<b>Restaurantes e Hotéis de 1º Classe</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Prato</b>	<b>Preços</b>
1	Sopa de legumes	Cr\$ 1,00
1	Guizadinho com legumes e arroz	Cr\$ 2,00
1	Carne assada e arroz	Cr\$ 2,50
1	Peixe e molho de tomate e arroz	Cr\$ 2,50
<b>Restaurantes e Petisqueiras de 2º Classe</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Prato</b>	<b>Preços</b>
1	Sopa de legumes	Cr\$ 0,50
1	Guizadinho com legumes e arroz	Cr\$ 1,50
1	Carne assada e arroz	Cr\$ 2,00
1	Peixe e molho de tomate e arroz	Cr\$ 2,00

**FONTE:** Confeccionada pelo autor com dados recolhidos da Comissão Municipal de Preços divulgados no periódico *A TARDE* de 19 de outubro de 1943, n° 2.017. Preferimos manter a grafia que está no texto original.

Apesar da Comissão de Tabelamento orientar estes procedimentos, alguns comerciantes sentindo-se prejudicados, burlavam a determinação que regulamentava o valor das refeições populares. Por isso os proprietários mantinham os cardápios por algumas horas e depois descumpriam a orientação.



O jornalista Aldo Moraes em artigo denominado *Pecuária*<sup>28</sup> ilustra as condições sociais que marcavam a Manaus do início da década de 1940. Na primeira página do noticioso vespertino, o articulista narra a história de um cachorro e de um felino, que tinham uma incrível aversão ao jabá (charque ou carne seca) e ao pescado. Conforme podemos notar, o escritor utiliza-se da imagem do cão famélico e expectador do duro cotidiano do seu dono:

*Estava faminto, novo e faminto, arrastando-se numa degradante inanição pela casa, como se fosse um cachorro velho. Há muitos dias não comia, sabendo, porém, que não me cabia a culpa de sua fome. Via-me sair, todos os dias, às 4 da madrugada, zangado, falando (...)*

Mesmo assim, o cão não escapou das pilhérias dos jovens filhos da personagem e foi batizado com o apelido jocoso de Jabá. Jabá apresentava vigor e uma compleição física “próxima dos lobos”. Mas naqueles anos onde adquirir qualquer produto da cesta básica era muito trabalhoso, o animal perdeu peso e desenvolveu um aspecto de velhice ocasionada por uma “degradante inanição”.

Na casa da família também existia um gato chamado “Duque”, verdadeiro “aristocrata de linda plumagem” e que durante este período, “revelou-se um importuno na desgraça”.

A crônica demonstra as contradições sociais existentes e que ficam explícitas no combate mortal do cachorro Jabá contra um homem disputando um pedaço de carne. O instinto animal do homem empurrado pela fome venceu a contenda:

*(...) Interrompi-me com um rumor estranho, de luta, algo semelhante a pancadas e rugidos. Quando cheguei à sala e abri a janela, Jabá tombava. Um homem atarracado e forte juntou qualquer coisa semelhante a uma pósta de carne, atirou para o meio da rua uma acha de lenha e avançou, sangrando, pela penumbra da madrugada. No meio dum grande silencio, recolhi Jabá, morto a pauladas, aquele Jabá que fora a alcunha duma alta coerência.*

Jabá demonstrou em vida ser um cão com qualidades da nobreza, segundo o articulista, sofreu calado, morreu combatendo pela sua existência. O autor sentencia: “Jabá morreu lutando”.

---

<sup>28</sup> ALDO Moraes. *Pecuária*. A TARDE, 07 de julho de 1941, segunda-feira, nº 1335, ano V.



E o fim de Duque foi mais trágico e menos heroico, crivado por uma bala disparada pelo próprio dono, diferente do cão Jabá que “resistiu em silêncio” o felino Duque “não cessou de miar” um segundo sequer, por isso morreu fuzilado.

Com o final do conflito armado em 1945 e com o gradual esgotamento dos investimentos e dólares americanos na aquisição da borracha silvestre amazônica, a crise se instala na região. A situação foi agravada pela queda do preço pago pelas “pélas” de borracha no mercado brasileiro e internacional.

O poder aquisitivo dos trabalhadores desaba e o desemprego se alastra.

A economia amazonense mergulha em uma recessão profunda e que apenas apresentará resultados positivos com a implantação do projeto da Zona Franca de Manaus no final da década de 1960.

## Referências Bibliográficas

A Festa do Mercado. Chevalier, Ramayana de. **A Selva**, novembro de 1937, Manaus, nº 03, anno I, p. 04.

BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **A Borracha do Amazonas e a Segunda Guerra Mundial**. Manaus. Edições Governo do Estado, 1965.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto - Manaus 1890-1920**. Editora valer, 1999.

FILHO, Antonio. Luiz Macêdo e Silva. Estilhaços de uma Guerra. In. **Mais Borracha para a Vitória**/Adelaide Gonçalves, Pedro Eymar Barbosa Costa (organizadores). Fortaleza: MAUC / NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

MAGALHÃES, Soraia Pereira. O transporte urbano de Manaus: Fragmentos de sua evolução (1896 – 1980). In. OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.) **Espaços urbanos na Amazônia – Visões geográficas**. Manaus: Editora Valer, 2011.



MELLO, Thiago de. **Manaus – amor e memória**. 4° ed. Ver. – Manaus: Editora Valer, Prefeitura Municipal de Manaus, 2004. p. 73.

MONTEIRO, Jorgemar. **O Amazonas na 2° Guerra: as notícias e a participação do Norte do Brasil**. Bauru, SP: Canal6, 2011.

PÉRES, Jefferson. **Evocação de Manaus - como eu a vi ou sonhei**. 2° edição revista e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2002. p. 64.

Prefeitura Municipal de Manaus. **Código de Posturas do Município de Manaus de 1938**.

ROSE, R.S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil (1930-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHARP, Jim. A História vista de baixo. In. **A Escrita da História: novas perspectivas**/Peter Burke (Org.). São Paulo. Editora UNESP, 1992.

SECRETO, Maria Veronica. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, José Lopes da. **Amazonas – do extrativismo à industrialização**. Manaus: Editora Valer, 2001.